



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA-GERAL DE GOVERNO
CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO
COORDENAÇÃO DA CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Processo: 202200006055767

Nome: ESCOLA MUNICIPAL SOSSEGO DA MAMÃE

Assunto: Recredenciamento

PARECER SGG/COCEB - CEE-18457 Nº 256/2023

1. Histórico

A **Unidade Escolar Pública Municipal Sossego da Mamãe** mantida pelo Poder Público Municipal, localizada na Rua 21 de Abril, Nº 481, Quadra APM01, Lote 01, Setor Paraíso I Etapa, em Inhumas/GO, por meio de sua gestora requer deste Conselho o recredenciamento, renovação da autorização para a oferta do ensino fundamental do 1º ao 5º ano e mudança de denominação.

2. Análise

A **Escola Municipal Sossego da Mamãe** obteve o recredenciamento e renovação da autorização para a oferta do ensino fundamental do 1º ao 5º ano por meio da Resolução CEE/CEB N. 792 em 06/12/2019, com vigência até 31/12/2022.

Nos termos da Lei Municipal de Inhumas nº 2.919, de 11 de outubro de 2013, no art. 1º, as "Escolas Públicas Municipais" passaram a ser denominadas "Unidades Escolares Públicas Municipais".

A escola dispõe de 05 salas de aula, secretaria, direção/coordenação, sala dos professores, sala de leitura, cantina, banheiros masculino, feminino e para PcD, almoxarifado, cantina, quadra coberta e pátio.

As 10 turmas ativas, nenhuma ultrapassa a quantidade de alunos por sala.

Os 11 professores estão conforme a formação exigida no Art. 41, Inciso I, da Resolução CEE/CP N. 03/2018.

O acervo bibliográfico é composto por 1.387 exemplares.

No ano de 2021 foram matriculados 311 alunos, sendo aprovados 287, transferidos 22 e avanço 2.

Foram apresentados o Alvará da Vigilância Sanitária para o ano de 2022 e o Certificado de Conformidade do Corpo de Bombeiros vigente até 07/04/2023.

Segundo as informações contidas no laudo técnico da CRE - Coordenação Regional de Educação e nos demais documentos anexados aos autos, foi constatado que a unidade escolar atende a todos os requisitos.

O Regimento Interno da unidade escolar não apresenta flagrantes de impropriedades. Registramos que tanto o Regimento Escolar quanto o Projeto Político Pedagógico das escolas devem ser elaborados e aprovados numa tarefa coletiva pela comunidade escolar (alunos, professores, servidores e pais), nos termos dos artigos 12, 13 e 14 da Lei Nacional nº 9.394/1996 – LDB e da Instrução Normativa CEE/GO n. 01/2013.

3. Voto

Com base na documentação que instrui os autos, vota-se por:

- **Recredenciar** a **Unidade Escolar Pública Municipal Sossego da Mamãe** mantida pelo Poder Público Municipal, localizada na Rua 21 de Abril, Nº 481, Quadra APM01, Lote 01, Setor Paraíso I Etapa, em Inhumas/GO, como instituição de ensino da educação básica, até 31 de dezembro de 2027.
- **Referendar** a mudança de denominação de “ **Escola Municipal Sossego da Mamãe**” para “ **Unidade Escolar Pública Municipal Sossego da Mamãe**”.
- **Renovar a autorização** para a oferta do ensino fundamental do 1º ao 5º ano da referida instituição de ensino, até 31 de dezembro de 2027.
- **Determinar** que a instituição, durante o período de autorização, cumpra, na íntegra, as exigências abaixo descritas e comprove no próximo processo de renovação que cumpriu tais exigências:
- **Incluir** no Projeto Político Pedagógico da unidade escolar uma proposta em que conste a metodologia, o trajeto ou o percurso que a escola fará para cumprir a Resolução CNE/CP N. 01/2004 e Parecer CNE/CP N. 003/2004 que estabelecem as Diretrizes Nacionais da Educação para as Relações Etnicorraciais e a Resolução CEE/CP N. 03/2009. Esta Resolução estabelece normas para a inclusão, no Sistema Educativo do Estado de Goiás, das disposições das Leis Federais 10.639/2003 e 11.645/2008, que tratam da inclusão no currículo oficial da rede de ensino da temática “História e Cultura Afro Brasileira e Indígena”.

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008).

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008)

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (Redação dada pela Lei nº 11.645, de 2008)”

- **Recomendar** a oferta de profissional de apoio, caso a escola possua estudantes com deficiência, nos termos do inciso XIII do Art. 3º inciso XVII Art. 28, ambos da Lei Brasileira de Inclusão (Lei no 13.146/15), profissional que deverá exercer atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atuar em todas as atividades escolares nas quais se fizerem necessárias, em todos os níveis e modalidades de ensino.
- **Determinar** à direção da unidade escolar a publicação de seu Projeto Político Pedagógico e de seu Regimento Escolar, no site eletrônico, redes sociais da escola, para que seja garantido o amplo acesso aos educandos, aos docentes, profissionais da escola, aos pais e/ou responsáveis, conforme determinam os arts. 12 e 17 da Resolução CEE/CP nº 03 de 16 de fevereiro de 2018.

É o voto.

Plenário da Câmara de Educação Básica do Conselho Estadual de Educação, aos 10 dias do mês de março de 2023.

Sebastião Lázaro Pereira

Conselheiro Relator

A Câmara de Educação Básica aprovou, por unanimidade, o voto do Conselheiro Relator



Documento assinado eletronicamente por **SEBASTIAO LAZARO PEREIRA, Conselheiro (a)**, em 10/03/2023, às 08:11, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO VIEIRA MESQUITA, Presidente**, em 27/04/2023, às 00:20, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador 45451954 e o código CRC 38AB562C.

COORDENAÇÃO DA CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA
RUA 23 63, S/C - Bairro SETOR CENTRAL - GOIANIA - GO - CEP 74015-120 - (62)3201-9821.



Referência: Processo nº 202200006055767



SEI 45451954